

Demonstrações Financeiras

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Balanço patrimonial 3

Demonstração do resultado 4

Demonstração do resultado abrangente 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstração dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
LINS 02 ENERGIA SPE S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **LINS 02 ENERGIA SPE S.A. ("Companhia" ou "LINS 02")**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2025** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LINS 02 ENERGIA SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 01 de setembro de 2025.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, consequentemente pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 13 de maio de 2026

TATICCA Auditores e Consultores Ltda.
SC-000292/F-9

Fernando Machado dos Santos
Contador - CRC SC -043302/O

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2025	31/12/2024
Ativo	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.759	2.099
Contas a receber	5	2.273	-
Impostos a recuperar		162	-
Adiantamentos a fornecedores	6	564	4.507
Despesas antecipadas	7	1.323	-
Total do ativo circulante		6.081	6.606
Não circulante			
Tributos diferidos		1.080	
Imobilizado	8	294.019	183.843
Intangível	9	19.356	18.983
Direito de uso	10	3.529	3.631
Total do ativo não circulante		317.984	206.457
Total do ativo		324.065	213.063
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	41.186	5.035
Passivos de arrendamentos	10	494	301
Obrigações tributárias	12	1.786	810
Outros passivos		-	7
Total do passivo circulante		43.466	6.153
Não circulante			
Partes relacionadas	13	14.097	10.024
Passivo de arrendamento	10	3.629	3.628
Total do passivo não circulante		17.726	13.652
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	265.752	193.411
Prejuízos acumulados		(153)	(3)
Resultado do exercício		(2.726)	(150)
Total do patrimônio líquido	14	262.873	193.258
Total do passivo e patrimônio líquido		324.065	213.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	10.195	-
Custos de venda de energia	16	(6.047)	-
Lucro bruto		4.148	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(656)	(23)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		3.492	(23)
Receitas financeiras	18	35	-
Despesas financeiras	18	(7.249)	(127)
Resultado financeiro		(7.214)	(127)
Prejuízo antes dos impostos		(3.722)	(150)
Imposto de renda e contribuição social	19	996	-
Prejuízo líquido do exercício		(2.726)	(150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(2.726)</u>	<u>(150)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(2.726)</u>	<u>(150)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		8.751	(3)	8.748
Aumento de capital		184.660	-	184.660
Prejuízo líquido do exercício		-	(150)	(150)
Em 31 de dezembro de 2024		193.411	(153)	193.258
Aumento de capital	14.a	72.341	-	72.341
Prejuízo líquido do exercício		-	(2.726)	(2.726)
Em 31 de dezembro de 2025		265.752	(2.879)	262.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.726)	(150)
Ajustado por:		
Juros de arrendamentos	109	-
Depreciação e amortização	3.019	-
IR/CS Diferidos	(1.031)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.273)	-
Impostos a recuperar	(162)	-
Adiantamentos a fornecedores	3.943	(4.507)
Despesas antecipadas	(1.323)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	36.151	(7.005)
Partes relacionadas	4.073	8.724
Obrigações tributárias	927	810
Outros passivos operacionais	(7)	7
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	40.700	(2.121)
Atividades de investimento		
Aquisição líquidas de ativo imobilizado e intangível	(113.086)	(180.588)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(113.086)	(180.588)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	72.341	184.660
Pagamento de arrendamento	(295)	(189)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	72.046	184.471
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(340)	1.762
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.099	337
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.759	2.099
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(340)	1.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A LINS 02 ENERGIA SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sala 1737 - Parte - Centro/RJ - 20020- 080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social: (i) geração de energia elétrica; (ii) serviços de engenharia (supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares); (iii) holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detêm o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo); (iv) outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares); (v) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças).

Através da resolução autorizativa nº 10.655 publicada em 28 de setembro de 2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar a central geradora fotovoltaica de LINS 02 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Ceará, com potência instalada prevista de 92MW médios.

O prazo de vigência da autorização da Lins 02 será de 35 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 10.655/2021, encerrando em 08 de setembro de 2056.

Esta central geradora fotovoltaica começou a ser construída em julho de 2023 e teve sua a entrada em operação comercial no mês de setembro de 2025, conforme despacho 2820 de 17 de setembro de 2025.

Até a presente data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido aportes de capital através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros. Sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para o início de suas operações comerciais será atendido mediante o ingresso destes aportes financeiros.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Curtailment (restrição de geração)

A Lei nº 15.269/2025 instituiu o direito de ressarcimento às geradoras de energia elétrica provenientes de fontes solar e eólica pelos efeitos de eventos de *curtailment*, relacionados à indisponibilidade externa do sistema e ao atendimento a requisitos de confiabilidade da operação. Referido direito abrange o período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, data de entrada em vigor do referido dispositivo legal.

Para fazer jus ao ressarcimento, as geradoras deverão aderir, de forma voluntária, a termo de compromisso a ser celebrado com o poder concedente, o qual estabelecerá, entre outros aspectos, as condições para apuração, cálculo e liquidação dos valores devidos, bem como a renúncia e desistência de eventuais medidas judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* ocorridos no período abrangido. A operacionalização do mecanismo de ressarcimento será conduzida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o tema encontra-se em processo de regulamentação pelo Ministério de Minas e Energia (MME), incluindo consulta pública em andamento acerca dos termos e condições do referido compromisso. Até essa data, a Administração da Companhia não havia formalizado decisão quanto à adesão ao mecanismo previsto na legislação, tampouco quanto à eventual renúncia a direitos relacionados a pleitos judiciais existentes.

Diante do estágio atual de regulamentação e da ausência de definição quanto à adesão ao referido mecanismo, não foi possível mensurar com confiabilidade eventuais efeitos econômico-financeiros decorrentes desses eventos. Consequentemente, nenhum ativo, passivo ou resultado foi reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 relacionado a esse tema.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado nas notas explicativa nº 3.9 e 20.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 13 de maio de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se ao fornecimento de energia elétrica no âmbito dos contratos de venda de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Reconhecimento da receita proveniente de contratos de energia

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado em conformidade com as regras do mercado de energia elétrica, que estabelecem a transferência de controle da quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue ocorre mensalmente, de acordo com as bases contratuais.

3.5. Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, fundamentada nas taxas de vida útil estimadas para os bens do setor elétrico, conforme estabelecido no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia inicia o reconhecimento da despesa de depreciação a partir da data em que os ativos estão em condições de operação, ou seja, quando se encontram no local e nas condições necessárias para funcionar da maneira pretendida pela Administração.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos; este valor é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação estão atrelados ao prazo final da autorização para geração de energia previstos em outorga.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem gastos com o desenvolvimento de projetos de geração fotovoltaica, direitos de exploração e aquisição de licenças de *software*. Ativos adquiridos separadamente são mensurados pelo custo histórico de aquisição. Os ativos gerados internamente (fase de desenvolvimento) são capitalizados apenas se a viabilidade técnica e financeira for demonstrada. Após o reconhecimento inicial, os ativos são apresentados pelo custo deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica. A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Classe do intangível	Vida Útil Estimada (Anos)	Taxa Anual de Amortização
Uso do bem público	35 anos	2,86% ao ano

Ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um ativo intangível são determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil do item, sendo reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no momento da baixa.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores representam obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes saldos compreendem, substancialmente, compromissos relativos a: prestações de serviços, compra de materiais e equipamentos para operação e manutenção da central geradora fotovoltaica e compra de energia.

3.8. Provisões

Provisões gerais: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

a) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros da Companhia são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado e em ganhos e perdas reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa reconhecidos por custo amortizado e aplicações financeiras reconhecidas por meio de valor justo por resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo

Baixa de ativo financeiro

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transferem o ativo e substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade para terceiros.

b) Passivos financeiros

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial.

Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes).

Baixa de passivo financeiro

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, bem como sobre o valor de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social acumulados. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente contra o qual essas diferenças e créditos possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de até 10 anos.

Tributos sobre o lucro

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Administração avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Empresa.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2025

- a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado.

Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2025--Continuação

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--Continuação

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

- c) OCPC 10 – Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, permitindo sua conexão com relatório financeiro de sustentabilidade.

A Companhia avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Norma	Modificação	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	Não definido.
IFRS S1 - Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade.	01/01/2026
IFRS S2 - Divulgação de informações climáticas	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticos.	01/01/2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras	Nova norma - estrutura de resultado, divulgações e princípios de agregação e desagregação.	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise para identificar todos os impactos dos pronunciamentos mencionados acima.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo.

A Companhia continua a avaliar o impacto da legislação relativa a Reforma Tributária para os exercícios subsequentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancário à vista	902	2.099
Aplicações financeiras	857	-
	<u>1.759</u>	<u>2.099</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

Esses depósitos têm como objetivo atender a compromissos financeiros de curto prazo, sem a intenção de serem utilizados para investimentos ou outros fins.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber (a)	2.273	-
	<u>2.273</u>	<u>-</u>

(a) Referente ao reconhecimento de venda baseada na competência do mês de geração da energia. Toda energia gerada no mês é liquidada até o oitavo dia útil do mês subsequente. Importante ser mencionado que a geração de energia referente à Companhia começou no mês de setembro de 2025, por isso não há saldo em 31 de dezembro de 2024.

6. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores, no montante de R\$ 564 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.507 em 31 de dezembro de 2024), referem-se a valores pagos antecipadamente em decorrência de condições contratuais estabelecidas com prestadores de serviços e fornecedores de materiais vinculados à construção da usina fotovoltaica Lins 02.

Tais valores permanecem registrados no ativo circulante em função de os respectivos serviços ainda não terem sido prestados e/ou os materiais não terem sido entregues até a data-base das demonstrações financeiras.

7. Despesas antecipadas

No ano de 2025 a Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de R\$ 1.323 (sem saldo em 2024).

8. Imobilizado

Imobilizado em andamento	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Desenvolvimento	9.416	7.527	-	16.943
EPC	170.917	90.579	-	261.496
Resultado financeiro	3.510	14.930	-	18.440
Total custo imobilizado	183.843	113.036	-	296.879
Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Depreciação	-	(2.860)	-	(2.860)
Total depreciação	-	(2.860)	-	(2.860)
Imobilizado líquido	183.843	110.176	-	294.019

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

Imobilizado em andamento	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Desenvolvimento	2.807	6.609	-	9.416
EPC	74	170.843	-	170.917
Resultado financeiro	-	3.510	-	3.510
Imobilizado líquido	2.881	180.962	-	183.843

A Companhia entrou em operação no decorrer do segundo semestre de 2025, contudo até o momento da emissão das demonstrações financeiras, não foram finalizados todos os procedimentos de unitização dos custos de construção das usinas fotovoltaicas. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esse ativo.

9. Intangível

Intangível em andamento	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Uso do bem público	18.983	503	-	19.486
Total custo intangível	18.983	503	-	19.486

Amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Amortização	-	(130)	-	(130)
Total de amortização	-	(130)	-	(130)
Intangível líquido	18.983	373	-	19.356

Intangível em andamento	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Desenvolvimento	18.851	132	-	18.983
Intangível líquido	18.851	132	-	18.983

O montante de R\$19.356 em 2025 (R\$18.983 em 2024), referem-se basicamente a aquisição dos ativos intangíveis identificáveis na compra dos direitos de exploração avaliado ao valor justo destinado à Central Geradora Fotovoltaica Lins 02, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica decorrentes dos valores negociados nas compras destes projetos de geração fotovoltaico. Esse ativo será amortizado a partir do início das operações, de acordo com o prazo da autorização de exploração comercial outorgado pela ANEEL.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

Direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial 1º janeiro	3.631	3.579
Adições	23	163
Amortização direito de uso	(125)	(111)
Saldo final 31 de dezembro	3.529	3.631

Estes arrendamentos possuem parcelas fixas mensais e são liquidados anualmente aos arrendatários destes terrenos, corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ('IPCA') acumulado no mês de aniversário destes. Os pagamentos correspondentes à competência do exercício subsequente são apresentados dentro do passivo circulante, enquanto, o passivo não circulante representa o montante estimado a valor presente até o final do prazo da concessão outorgada pela Aneel.

Passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial 1º janeiro	3.929	3.560
Reconhecimento inicial		-
Adições	23	163
Pagamento	(295)	(189)
Juros sobre arrendamento	466	395
Saldo final 31 de dezembro	4.123	3.929
Circulante	494	301
Não Circulante	3.629	3.628

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 10,82%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida por seu acionista.

Aging de pagamento	Valor a pagar
Dentro de um ano	456
Entre um e dois anos	456
Entre dois anos e três	456
Entre três e quatro anos	456
De 5 anos em diante	12.119

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	41.157	219
Retenções Contratuais de Fornecedores	29	1.216
Outros fornecedores	-	3.600
	<u>41.186</u>	<u>5.035</u>

A variação dos fornecedores e retenções contratuais está atrelada ao andamento da construção da central geradora, bem como a redução de outros fornecedores devido a quitação da maior parte das obrigações assumidas nas aquisições das sociedades do projeto de Mundo Novo juntamente com suas SPEs de Lins 01 Energia SPE S.A. e Lins 02 Energia SPEs S.A.

Adiante, é demonstrado as maturidades dos saldos vencidos e a vencer:

Aging list de fornecedores	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	40.871	5.032
Vencidos até 30 dias	6	2
Vencidos de 30 até 90 dias	15	1
Vencidos de 90 até 180 dias	-	-
Vencidos de 180 até 365 dias	294	-
Vencidos a mais de 365 dias	-	-
	<u>41.186</u>	<u>5.035</u>

12. Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes naturezas de obrigações tributárias:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda a recolher	38	1
Contribuição social a recolher	13	1
PIS/ COFINS a recolher	98	-
INSS a pagar (a)	858	369
ISS a pagar (a)	779	439
	<u>1.786</u>	<u>810</u>

- (a) O incremento ocorrido na rubrica de INSS e ISS a pagar é referente ao imposto retido referente a parte do faturamento final de EPC da construção da central geradora.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada (ex-acionista direto) Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios pagos através da Companhia.

b) Transações entre partes relacionadas

Os montantes em transações com sua acionista, foram concedidos à Companhia com o objetivo de obtenção de capital de giro para financiar os custos iniciais das obras.

As tabelas a seguir apresentam os valores totais das operações celebradas com suas partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mundo Novo Solar Holding S.A.(a)	-	10.024
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.(b)	13.897	-
Lins 01Energias SPE S.A.	200	
Total passivo não circulante	<u>14.097</u>	<u>10.024</u>

(a) O saldo refere-se às recuperações de despesas arcadas pelo acionista; e

(b) O saldo refere-se ao montante referente a serviços de EPC contratados de construção da usina fotovoltaica.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1º de abril de 2025, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aumento de capital social no montante de R\$ 19.056 (dezenove milhões, cinquenta e seis mil reais), integralizado mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") concedidos à Companhia.

Em 30 de junho de 2025, os acionistas deliberaram novo aumento de capital social no valor de R\$ 6.995 (seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais), também integralizado por meio da capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") concedidos à Companhia.

Por fim, em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento adicional de capital social no montante de R\$ 14.209 (quatorze milhões, duzentos e nove mil reais), igualmente integralizado mediante capitalização de AFACs concedidos à Companhia. Adicionalmente, para fins de composição do capital social, foram capitalizados créditos previamente reconhecidos pela Companhia junto à acionista Mundo Novo Solar Holding S.A., no montante de R\$ 32.081 (trinta e dois milhões, oitenta e um mil reais).

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 265.752 (duzentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais) divididas em 265.751.599 (duzentas e sessenta e cinco milhões, setecentas e cinquenta e um mil, quinhentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas 100% detidas pela Mundo Novo Solar Holding S.A.

b) Dividendos

O acionista tem direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Não houve constituição de dividendos ao acionista no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 devido ao prejuízo apresentado no exercício.

c) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

d) Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que as reservas de lucros serão constituídas para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva de lucro.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com comercialização de energia	8.908	-
Receita vendas CCEE (*)	2.326	-
Receita operacional bruta	11.234	-
(-) Deduções da receita		
(-) PIS	(185)	-
(-) COFINS	(854)	-
	(1.039)	
Receita operacional líquida	10.195	-

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida--Continuação

A receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2025 é referente a venda de energia proveniente da produção de energia da Companhia, importante mencionarmos que a operação comercial se iniciou em setembro de 2025.

16. Custos de venda de energia

	31/12/2025	31/12/2024
CCEE	(1.565)	-
Custo de uso do sistema de transmissão	(1.137)	-
Contrato de operação e manutenção	(61)	-
Depreciação e amortizações	(3.019)	-
Seguros	(265)	-
	<u>(6.047)</u>	<u>-</u>

Os custos operacionais são compostos principalmente pelas compras de energia para atender a demanda, pagamentos mensais de TUST (Tarifa de Utilização do Sistema de Transmissão) divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e a depreciação do imobilizado, amortização do intangível e amortização do direito de exploração.

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(519)	-
Serviços de terceiros	(137)	(23)
	<u>(656)</u>	<u>(23)</u>

18. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	35	-
	<u>35</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros de arrendamento	(109)	-
Tributos	(2)	-
Outras despesas financeiras	(6)	(127)
Recuperação de resultado financeiro	(7.132)	-
	<u>(7.249)</u>	<u>(127)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.214)</u>	<u>(127)</u>

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro--Continuação

Os gastos financeiros da Companhia são compostos, substancialmente, por encargos financeiros decorrentes de repasses efetuados por sua controladora, Mundo Novo Solar Holding S.A., relacionados a empréstimos e financiamentos contratados para viabilizar a construção da usina fotovoltaica Lins 02. Tais encargos refletem a alocação dos custos de financiamento incorridos no âmbito da estrutura de capital do grupo, diretamente atribuíveis a usina fotovoltaica.

19. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.722)	(150)
Alíquota nominal combinada (34%)	1.265	51
Adições (exclusões)		
Provisões compras CCEE – não dedutível	(135)	-
Provisões AVDs não faturados – não dedutível	(98)	-
Prejuízo fiscal não ativado	(35)	(51)
Total	(269)	(51)
Constituição IRPJ e CSLL corrente	(35)	-
Constituição IRPJ e CSLL diferidos	1.031	-
Total das despesas com IRPJ e CSLL	996	-
Alíquota efetiva	(26,8%)	0,0%
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	736	-
Contribuição social	260	-
Total do imposto de renda e contribuição social	996	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 3.722 (R\$ 150 em 2024). A aplicação da alíquota nominal de 34% sobre o referido prejuízo resultaria em um benefício fiscal teórico de R\$ 1.265 (R\$ 51 em 2024).

A reconciliação desse montante com a despesa efetivamente reconhecida no resultado contempla, substancialmente, os efeitos de diferenças permanentes e temporárias não dedutíveis e outros ajustes no montante líquido de R\$ 269 (R\$ 51 em 2024).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ativo fiscal diferido no montante de R\$ 1.031, decorrente de prejuízos fiscais e diferenças temporárias, cuja realização futura é considerada provável com base em projeções de resultados tributáveis.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	902	-	2.099	-
Aplicações financeiras (nível 2)	-	857	-	-
Contas a receber (nível 1)	2.273	-	-	-
Passivos financeiros				
Fornecedores (nível 1)	55.283	-	5.035	-
Partes relacionadas (nível 1)	-	-	10.024	-

20.1. Gerenciamento de riscos

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraídas decorrentes da sua operação comercial e está regularmente adimplente com seus fornecedores.

A Companhia entende que a captação de recursos financeiros de terceiros através de sua acionista, Mundo Novo Solar Holding S.A., juntamente com aportes de sua Controladora serão necessários durante a etapa pré-operacional devido aos custos das obras de construção da usina fotovoltaica.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de mercado

A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O empréstimo bancário constituído pela Companhia no ano anterior já foi liquidado e possuía taxas pré-fixadas.

Risco de inflação - os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação.

Risco de captação - a Companhia e seu acionista buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações devem ser suportados pela Companhia.

Riscos regulatórios - a Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia por meio de seu especialista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e para que não quebre cláusulas contratuais com fornecedores.

21. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou captar endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira de médio prazo. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do empréstimo de curto prazo (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

22. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguro contra responsabilidade civil geral, danos materiais e de lucro cessante. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

Tipo de cobertura	Empresas	Seguradora	Vigência		2025
			Início	Final	Importância segurada (*)
Responsabilidade Civil Geral	Lins (01 e 02)	Chubb Seguros Brasil S.A.	02/10/2025	02/10/2026	30.000.000,00
Obras civis	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	141.774.142,73
Painéis	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	313.395.473,40
Inversores	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	37.308.984,93
Equipamentos elétricos	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	29.847.187,94
Transformadores/ Linha de transmissão	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	124.351.024,00
Subestação	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	53.293.296,00
Lucro cessantes - Lucro Bruto anual	Lins (01 e 02)	Tokio Marine Seguradora	02/10/2025	02/04/2027	73.875.700,00
Total de importância segurada					803.845.809,00

(*) – Valores em reais

LINS 02 ENERGIA SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisões para contingências

A Empresa reconhece provisão quando as causas e processos consideradas pela administração e por seus assessores jurídicos são classificados como de risco provável de perda. Com base na análise e revisão de todos os processos judiciais ativos e passivos envolvendo a empresa, a Administração juntamente com seus assessores jurídicos concluíram que não há casos com uma probabilidade de perda classificada como provável ou mesmo possível. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Guilherme Rodrigues Matias
Contador
CRC-RJ 124.530/O

* * *